

ÍNDICE

Prefácio	13
Nota Prévia do Autor.....	17
Introdução	21
I – FUNDAMENTOS ARQUETÍPICOS, SIMBÓLICOS, MITOLÓGICOS E HISTÓRICOS DO GRAAL.....	37
1.1. Mito, Arquétipo e Símbolo	40
1.2. Fontes Pagãs Céltico-Germânicas e Greco-Latinas.....	52
1.3. Cavalaria de Demanda no Islão Iniciático.....	65
II – O GRAAL NO IMAGINÁRIO CAVALEIRESCO LUSITANO....	81
2.1. Da Introdução da Matéria da Bretanha na Península Ibérica e do Entusiástico Acolhimento Português.....	83
2.2. Do Graal Cisterciense e do Constructo Cristão de Cavalaria Espiritual	90
2.3. <i>D'A Demanda do Santo Graal</i> Galaico-Portuguesa.....	97
III – PORTUGAL OU ‘PORTO DO GRAAL’: ENTRE O MITO E A HISTÓRIA.....	113
3.1. O Lugar do Mito na História: Uma Dialéctica das Percepções, Sensível e Interna	117
3.2. Os ‘Guardiães do Graal’ e a Alegada Génese Templária de Portugal.....	124
3.3. O Templo Dionisiaco e a Novel Cavalaria de Demanda....	131

3.4. Simbolismo Graáfico no Culto do Divino Espírito Santo	137
3.5. A Casa de Avis e a Cavalaria Naval de Sagres	150
IV – O SIMBOLISMO DO GRAAL E O ESPÍRITO INICIÁTICO DE DEMANDA EM CAMÕES E PESSOA	165
4.1. Resíduos da Épica Arturiana em <i>Os Lusíadas</i>	166
4.2. O ‘Porto do Graal’ Está por se Cumprir: Uma <i>Mensagem</i> Pessoana	173
V – O IMAGINÁRIO CAVALEIRESCO DE D. FERNANDO II NOS JARDINS DO ‘CASTELO DO GRAAL’	185
5.1. O Romantismo como Matriz Cultural Privilegiada pelo Imaginário Fernandino.....	189
5.1.1. Uma Sólida Cultura Literária.....	191
5.1.2. <i>Ars Operática</i>	195
5.1.3. Saudosismo e Sensacionismo: Da Nostalgia Romântica à Saudade Portuguesa	204
5.2. A ‘Cruzada’ em Prol da Reabilitação do Património Monumental e o Contacto com a Memória Mítico-Histórica e Simbólica de Portugal.....	207
5.3. A Maçonaria e o Esoterismo como Fontes de Inspiração	209
5. 4. Parque e Palácio da Pena: Uma Cenografia Romântica de Manifesto Pendor Iniciático.....	225
5.4.1. Os Jardins Encantados (A Floresta como Cenário Mistérico de Ritual e Iniciação).....	227
5.4.2. O Enigma do Cavaleiro: De Regresso ao Castelo Numinoso.....	241
5.4.3. Palácio da Pena: Finalmente, o ‘Castelo do Santo Graal’	245
Posfácio	267
Bibliografia	273

PREFÁCIO

A DEMANDA CONTINUA EM NÓS

O livro que a leitora ou leitor tem nas mãos é um estudo sistemático, desenvolvido e esclarecido sobre a tradição e o imaginário da Demanda do Graal na história e na cultura portuguesas. Partindo dos arquétipos mítico-simbólicos universais do Graal e da sua expressão nas tradições pagãs, cristã e islâmica, Nuno Gonçalves traça o roteiro da sua presença na cultura ibérica e galaico-portuguesa, destacando a sua evolução na constituição mito-histórica de Portugal e ao longo de alguns dos seus momentos axiais, nomeadamente o período templário, a conversão da Ordem do Templo na Ordem de Cristo por iniciativa de Dom Dinis, o simbolismo do culto do divino Espírito Santo e o associado messianismo paraclético de inspiração joaquimita em torno da figura do Imperador-criança, a impregnação da Casa de Avis pelo imaginário do Graal e o seu papel na cavalaria marítima de Sagres, o neomessianismo sebastianista centrado no Rei Encoberto e o imaginário romântico, cavaleiresco e iniciático de D. Fernando II nos jardins do Palácio da Pena. O autor contempla ainda as incidências directas e indirectas do tema da demanda do Graal em Luís de Camões e Fernando Pessoa, na vertente épica de *Os Lusíadas* e de *Mensagem*. Reconhecendo a anterioridade do tema do Graal em relação à sua leitura cristã, Nuno Gonçalves nota bem como, no seio desta, se cruzam abordagens ortodoxas e heterodoxas que, em vez de se combaterem, se fecundam mutuamente.



Reconhecendo nas modalidades hiero-históricas da consciência e na sua expressão mítico-simbólica um dos factores decisivos na génese da percepção dos eventos históricos, o autor emancipa-se do factualismo positivista e abre fecundas vias de compreensão da leitura de Portugal como “Porto do Graal”, que contornam a implausibilidade da sua fundamentação linguística. Por esta via estabelece os fundamentos hermenêuticos para uma compreensão da singularidade da cultura mítico-espiritual portuguesa, em particular nas vertentes esotéricas do “templarismo gnóstico”, do “paracletismo de inspiração joaquimita” e do “messianismo sebástico”, que tem o mérito de lançar sobre esta cultura uma luz nova a partir das afinidades estabelecidas entre estes temas e a mito-simbologia do Graal, apontando caminhos a desenvolver em investigações futuras. Percepcionando como a assunção da singularidade e das especificidades da cultura mítico-espiritual lusitana se associa frequentemente ao lusocentrismo, no sentido do papel central que estes temas e a sua hermenêutica conferem a Portugal, na sua dupla dimensão histórica e hiero-histórica, para a realização de uma nova era da consciência e da vida sobre a Terra, Nuno Gonçalves tem a lucidez, nem sempre presente em quem investiga estes domínios, de não esquecer que o que se designa como Portugal é uma mediação e não o fim último, que é sempre da ordem do universal e do trans-nacional.

Neste mesmo sentido, o autor tem ainda o inestimável mérito de assumir que a demanda do Graal, na sua dimensão espiritual e intemporal, assume na situação crítica da nossa contemporaneidade uma urgente actualidade. Com efeito, se demandar o Graal não é buscar algo a possuir, tratando-se antes de descobrir ou desvelar a essência mais íntima e universal do que é e do que somos, estamos perante um imperativo de despertar da consciência que a emancipe da ficção da separação entre si e os outros ou entre o eu e o mundo, o que é o fundamento incontornável da transição de uma civilização da acumulação do “ter” para uma cultura da simplicidade de “ser”, que traga consigo o “desenvolvimento de um espírito de empatia e fraternidade universais”, bem como a “contenção no consumo”



II

O GRAAL NO IMAGINÁRIO CAVALEIRESCO LUSITANO

O espírito do Graal, no que de mais essencial se reflecte a partir do seu simbolismo, permeou a alma cavaleiresca lusitana, espelhando-se no tecido cultural nacional, no seu paradigma de heroicidade dramática e na sua estrutura ética. É possível que essa impregnação remonte à proto-história do reino, já que a fundação pátria teve mão templária, sendo bem conhecida a relação que tem vindo a ser exponencialmente estabelecida entre a Ordem do Templo e os mistérios do Graal. Isso quer dizer que, talvez, Portugal já tenha nascido imbuído desse espírito, ao qual, em caso afirmativo, deverá parte substancial da sua religiosidade particular, embebida de aspectos peculiares que, a um tempo, a definem e inserem no quadro mais vasto de uma alegada espiritualidade perene, incondicionada e universal.

Cabe igualmente fazer aqui uma breve referência à tese que defende uma possível remanescência do priscilianismo na raiz da dimensão heterodoxa da religiosidade lusa, a qual deverá ser levada na devida linha de conta, nomeadamente em trabalhos de investigação como este.

Na óptica de Paulo Loução, “o priscilianismo tornou-se um substrato importantíssimo do cristianismo português que os Templários, a Ordem de Cister, a rainha St^a Isabel, os Franciscanos e a Ordem de Cristo modelaram”²²⁷. Esta insinuação de uma

²²⁷ Loução, 2009, p. 108.



2.1. DA INTRODUÇÃO DA MATÉRIA DA BRETANHA NA PENÍNSULA IBÉRICA E DO ENTUSIASTICO ACOLHIMENTO PORTUGUÊS

Objectivamente, importa perscrutar a introdução da matéria da Bretanha nos círculos literários da fidalguia ibérica, imputada por alguns investigadores a Leonor Plantageneta, por altura do seu casamento com Afonso VIII de Castela, em 1170. Apesar de ter sido Espanha a acolher a infanta, tornando-a sua rainha, tudo indica que foi em Portugal que a transmissão da épica romanesca arturiana ecoou com mais intensidade²³².

É importante observar que a lírica trovadoresca, transmissora das canções de gesta e do amor cortês personificado em personagens tão carismáticas quanto Tristão e Lançarote, beneficiou do protectorado da mãe da infanta, Leonor de Aquitânia. Os antepassados angevinos da rainha teriam tido uma relação muito próxima com os novelistas arturianos da sua época, e boa parte do poema de Kiot von Katelangen, que poderá ter inspirado o *Parsival* de Wolfram von Eschenbach, foi dedicado à Casa imperial dos Plantagenetas²³³.

A data de introdução da matéria da Bretanha nos reinos ibéricos não goza, contudo, de unanimidade, ainda que geralmente se julgue que terá ocorrido relativamente cedo. De acordo com Bruneti, “a difusão da Matéria da Bretanha na Península Ibérica deve ter-se realizado muito cedo, pois há referências a ela já em 1219 nos *Anales Toledanos Primeros*”²³⁴. Alguns autores, por sua vez, atribuem a difusão ao infante D. Afonso, que viria a reinar em Portugal durante o terceiro quartel do século XIII, consignado nos anais historiográficos como D. Afonso III, O Bolonhês. O infante, ainda muito jovem, rumou à Europa de além-Pireneus em inícios da década de 1220²³⁵, pelo que terá sido precisamente em França, segundo esta tese, que ele e os seus pares entraram

²³² Cf. Gonçalves, op. cit., p. 101.

²³³ Cf. Entwistle, 1942, pp. 22-29.

²³⁴ Bruneti, op. cit., p. 43.

²³⁵ Cf. Marques, 2010, p. 202.



III

PORTUGAL OU ‘PORTO DO GRAAL’: ENTRE O MITO E A HISTÓRIA

Em determinados círculos literários, fala-se de uma *História Mítica de Portugal*³⁵¹, envolvendo um número considerável de autores que, independentemente dos pergaminhos académicos, revelam um notável grau de erudição. Alega-se nesses meios que a análise dos eventos históricos sem considerar a componente mítica que os acompanha pode revelar-se redutora e incapaz de surpreender aspectos ontológicos essenciais. Dessa perspectiva, essencialmente os relatos de contornos épicos que ilustram determinados momentos do tempo histórico requerem a devida mitanálise, cujo teor importa ao objecto deste estudo. Assim, convém começar por perscrutar a possibilidade de estabelecimento de uma interacção dialéctica entre mito e história. Existirá uma dimensão oculta do tempo histórico que encerra os fundamentos arquetípicos dos mitos? Em que categoria de tempo se torna ténue a fronteira entre o mito e a história? Poderá o carácter profético dos mitos que povoam o imaginário luso, partindo do mito fundador consagrado pela cristofania de Ourique, justificar a relevância epistemológica de uma história filosófica de Portugal?

³⁵¹ Manuel J. Gandra, por exemplo, investigador prolífico na mitanálise dos símbolos nacionais, usa a frase *Prolegómenos a uma História Mítica de Portugal* para subintitular a sua obra *Da Face Oculta do Rosto da Europa*. Cf. Bibliografia.



4. As reflexões fecundas em torno dos temas míticos supracitados lavradas pelo grande poeta e esoterista português, Fernando Pessoa, dos quais será seguidamente destacada a face esotérica do Templo e a suposta génese templária de Portugal.

3.2. OS ‘GUARDIÃES DO GRAAL’ E A ALEGADA GÉNESE TEMPLÁRIA DE PORTUGAL

Talvez possamos ver na Ordem do Templo um dos elos mais sugestivos e relevantes entre a tradição esotérica do Graal, de que os templários são tradicionalmente tidos por guardiães, e a perspectiva epopeica da história portuguesa. Desde logo, porque uma corrente de opinião cada vez mais alargada atribui à Ordem uma significativa relevância no quadro de realizações que redundaram na fundação e construção geopolítica do reino de Portugal. Segundo Adalberto Alves, “a Ordem está imbricada no nascimento da nacionalidade portuguesa e, possivelmente, a algo obscura motivação da vinda de D. Henrique para a Península obedeceria a um projecto no qual os Templários teriam uma missão a desempenhar”³⁸². Paulo Alexandre Loução partilha da mesma opinião e acredita que D. Afonso Henriques, o ilustre varão do conde D. Henrique, tinha a total noção de que estava a fundar um reino e que para tanto se fez rodear de figuras de grande influência, nomeadamente Bernardo de Claraval. Nesse processo, e ainda segundo o mesmo autor, os templários teriam tido uma importante palavra a dizer, designadamente no que à definição das linhas fronteiriças e à povoação do território em expansão diz respeito³⁸³. É seguindo uma mesma ordem de ideias que António Quadros atribui a Portugal o estatuto genealógico de país templário³⁸⁴.

Portanto, de acordo com esta perspectiva ainda algo peculiar face ao contexto historiográfico dominante, o consórcio bernardino-templário ter-se-á revelado decisivo e essencial para

³⁸² Alves, op. cit., p. 56.

³⁸³ Cf. Loução, op. cit., pp. 122-124.

³⁸⁴ Cf. Quadros, op. cit., p. 169.



IV

O SIMBOLISMO DO GRAAL E O ESPÍRITO INICIÁTICO DE DEMANDA EM CAMÕES E PESSOA

Os *Lusíadas* de Luís Vaz de Camões e *Mensagem* de Fernando Pessoa são, provavelmente, os dois poemas épicos do universo literário português que melhor ilustram a componente mítica e teleológica da história pátria. De facto, em ambas as obras o mito abraça a história, caminhando os dois de braços dados ao longo de um roteiro inaudito de onde sobressaem os temas essenciais da ‘História Mítica de Portugal’ analisados no capítulo anterior.

A epopeia camoniana não aborda o mito do Graal de uma forma explícita, mas acusa a presença de elementos mitémicos que evocam o espírito cavaleiresco de demanda. Em *Os Lusíadas*, Gama e o seu séquito naval apresentam-se como uma espécie rara de Cavaleiros do Amor – como diria Sampaio Bruno – cujo prémio pela audácia na gesta marítima se materializa na Ilha de Vénus, ínsula divina em que a ‘via húmida’ do Amor venusiano e a ‘via seca’ da suprema Sabedoria se unem num consórcio de perfeita alquimia, numa androginia ou transcendentalismo hermafrodita que se insere perfeitamente na vastidão do campo simbólico do Graal e, essencialmente, na expectativa da sua sôfrega busca.

A *Mensagem* de Fernando Pessoa, por seu lado, projecta a épica secular dos Descobrimentos no plano de um evento preliminar para a realização futura do verdadeiro império; um império andrógino, um centro de reunificação universal dos opostos no plano do diverso, derradeiro reduto do paraíso



terreal redescoberto e restaurado. Tal como o reino do Graal, o império pessoano requer o mérito da gesta e exige uma iniciação, no caso, de todo um povo, que, desafortunadamente, mergulhou as suas aspirações inatas no nevoeiro da mais profunda letargia. Todavia, reside na saudade portuguesa o móbil do desejo e da subsequente demanda que está por realizar. Referindo explicitamente o Graal em dois momentos cruciais de *Mensagem*, Pessoa parece ter feito do Cálice Sagrado e inerente espírito iniciático de demanda um princípio estruturante da componente a um tempo poética e profética, mítica e mística, onírica e utópica, da sua obra.

4.1. RESÍDUOS DA ÉPICA ARTURIANA EM *OS LUSÍADAS*

Talvez a palavra-chave para relacionar a obra poética de Camões com o simbolismo do Graal e, sobretudo, com o espírito de demanda que lhe é intrínseco, seja *Amor*. Sampaio Bruno insere o vate num grupo de “misteriosos e encobertos precursores das revoluções modernas”, afectos à tradição imperial, ou a mesma tradição gibelina em oposição à hegemonia católica, fazendo do *Amor* bandeira, em perfeito e inverso anagrama com *Roma*, representada simbolicamente pela “besta-fera, o monstro horrendo do Santo Ofício da Inquisição”. São eles os Fiéis d’Amor a que tem sido dedicada a devida atenção no decorrer deste trabalho, ou, no dizer de Bruno, o “infiéis-de-Roma”, revestindo-os com o anátema da heresia, perspicazmente dissimulada pela flexibilidade figurativa do lirismo poético, mas implicitamente heterodoxa e adversária do catolicismo inquisitorial romano, cujos vigários são tidos por “inimigos do Amor”⁵⁵⁷.

Adepto confessadamente impenitente dessa ordem de ideias, António Telmo definiu Camões como “o último dos Fiéis d’Amor”⁵⁵⁸. Mas ao contrário de Bruno, não se preocupa com

⁵⁵⁷ Cf. Bruno, 1996, pp. 36-37.

⁵⁵⁸ Telmo, 1997, p. 89.

